



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ
FÓRUM COELHO RODRIGUES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 16/2013
AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MOBILIÁRIO DE USO GERAL)

A União, por intermédio da Justiça Federal de Primeiro Grau - PI, com registro no CNPJ/MF n. 05.445.642/0001-18 e sede na Avenida Miguel Rosa, 7315, Redenção, Teresina-PI, neste ato representada pelo Diretor do Foro, Juiz Federal Francisco Hélio Camelo Ferreira, brasileiro, CPF n. 243.376.413-00, RG n. 72.920.784-SSP/CE, residente e domiciliada nesta Capital, doravante designada simplesmente **JUSTIÇA FEDERAL - PI**, nos termos da lei n. 10.520/2002, Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Decreto n. 7.892/2013 e demais normas aplicáveis, em face da classificação da proposta apresentada no Pregão Eletrônico n. 2/2013, **RESOLVE registrar o preço** ofertado pelo Fornecedor Beneficiário **SULFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE MÓVEIS LTDA-ME**, CNPJ n. 08.893.615/0001-04, com sede na Rua José Michelon, 277, Sala – B, Bairro São José, Caxias do Sul/RS, CEP: 95.041-310, telefone/fax (54) 3202-5220, representada pela Sra. Cleonice Lourenço da Luz, CPF n.521.988.710-68, conforme abaixo:

ITEM	UNID	QDE	DESCRIÇÃO	V. UNIT (R\$)	V. TOTAL (R\$)
22	UN	68	ESTAÇÃO DE TRABALHO: medindo 1400 mm x 1400 mm x 600 mm e h = 750 mm. Superfície de trabalho composta por tampo apoiado em painéis, tipo divisória em MDF, a uma altura de 750 mm. Os painéis estruturais deverão ter altura de 1100 mm e possuir rodapés eletrificados com espessura máxima de 100 mm e mínima de 70 mm. Tampo: fabricado em MDF 25 mm, revestido por laminado fenólico melamínico texturizado de alta pressão na face superior e baixa pressão na face inferior. As bordas frontais terão acabamento em fita de PVC, 180°, colada a quente, na mesma cor do laminado, garantindo o conforto do usuário e evitando o estrangulamento de veias e tendões. As bordas laterais e as de junção terão acabamento em ABS, coladas a quente mantendo a mesma cor do laminado. Esta peça contará ainda com um furo passa cabos, diâmetro de 50 mm, com tampa sacável em poliestireno ou sistema equivalente na mesma cor do laminado de revestimento dos tampo. Painéis estruturais dois painéis dispostos em	617,13	41.964,84

		<p>"I", estruturados por perfis de aço, com saque frontal, sendo a placa superior revestida em laminado fenólico melamínico texturizado de alta pressão, e a placa inferior revestida pelo mesmo material. Estes painéis deverão ter rodapés eletrificados para permitir a passagem de cabos de dados, energia elétrica e telefonia, com uma espessura máxima de 100 mm e mínima de 70 mm. Os tampos serão fixados a esses painéis por meio de mãos francesas em chapa de aço dimensionadas de forma a suportar as cargas previstas (peso dos equipamentos e apoio dos usuários) com uma margem de segurança. Todas as peças metálicas aparentes deverão receber pintura eletrostática na cor preta. A parte inferior do painel deve apresentar sapatas reguladoras de altura com curso mínimo de 20 mm, para vencer desnivelamentos de piso. Cor areia, padrão da Justiça Federal.</p> <p>MARCA/MODELO: LAYOUT</p> <p>OBS: o material será entregue nos seguintes locais: 43 (quarenta e três) na sede da Justiça Federal em Teresina e 25 (vinte e cinco) na Subseção Judiciária de São Raimundo Nonato/PI.</p>		
<p>VALOR TOTAL R\$ 41.964,84 (QUARENTA E UM MIL NOVECENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS E OITENTA E QUATRO CENTAVOS)</p>				

As especificações técnicas e demais exigências constantes do Decreto n. 7.892/2013, do Processo Administrativo n. 1.203/2012 e Pregão Eletrônico N. 2/2013 integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

1. DA EXPECTATIVA DO FORNECIMENTO:

1.1 O ajuste com o fornecedor registrado será formalizado pela Justiça Federal - PI mediante a emissão da respectiva nota de empenho, observadas as disposições contidas no Edital do Pregão Eletrônico n. **2/2013**.

1.2. O compromisso da prestação do serviço só estará caracterizado mediante o comprovado recebimento, pelo fornecedor, da nota de empenho, decorrente desta Ata de Registro de Preços e Edital do Pregão Eletrônico n. **2/2013**.

1.3. O fornecedor registrado fica obrigado a atender todas as solicitações de fornecimento a ser(em) efetuada(s) durante a validade desta Ata de Registro de Preços.

2. DO CONTROLE DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A Justiça Federal - PI adotará a prática de todos os atos necessários ao controle e administração da presente Ata.

3. DA READEQUAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:

A qualquer tempo, os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventuais reduções daqueles existentes no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, cabendo à Justiça Federal - PI convocar o fornecedor registrado para negociar os novos valores.

3.1 Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Justiça Federal – PI deverá:

3.1.1 Convocar o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

3.1.2 Frustrada a negociação, liberar o fornecedor do compromisso assumido e cancelar o registro, sem aplicação de penalidade;

3.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, a Justiça Federal – PI poderá:

3.2.1 liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação de penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados;

3.3 Não havendo êxito nas negociações, a Justiça federal – PI procederá à revogação da ata de registro de preços.

4. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS:

4.1. O fornecedor registrado terá o seu registro cancelado quando:

4.1.1. descumprir as condições da Ata de Registro de Preços;

4.1.2. não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

4.1.3. não aceitar reduzir seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior ao praticado no mercado;

4.1.4 . sofrer sanção prevista nos incisos III e IV do caput do art. 87 da lei 8.666/93 ou art. 7º da lei 10.520/2002.

4.2. O cancelamento de registro de preços, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

4.3. O fornecedor registrado poderá solicitar o cancelamento de seu registro de preços na ocorrência de caso fortuito ou de força maior comprovados.

5. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:

A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses contada a partir da data de sua assinatura.

5.1. Esta Ata tem seu prazo de validade até **09/04/2014**.

6. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

6.1 Poderá utilizar-se desta Ata de Registro de Preços qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame, mediante prévia anuência da Justiça Federal - PI, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.



6.2 Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

6.3 As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços.

6.4 As adesões à ata de registro de preços são limitadas, na totalidade, ao quántuplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem.

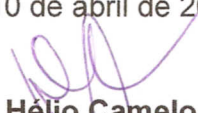
6.5 Ao órgão não participante que aderir à presente ata competem os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.


7 – DO FORO:

As dúvidas decorrentes da presente Ata serão dirimidas no Foro Federal de Teresina - PI, com renúncia de qualquer outro.

É por estarem de acordo com as disposições contidas na presente Ata, assinam este instrumento a Justiça Federal - PI e o fornecedor registrado, na pessoa do seu representante legal, que vai assinada em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Teresina, 10 de abril de 2013.


Francisco Hélio Camelo Ferreira
Diretor do Foro


Cleonice Lourenço da Luz
Representante Legal da Empresa SULFLEX INDUSTRIA E COMERCIO DE
MÓVEIS LTDA-ME